



Berlengas

Relatório inicial
LIFE Berlengas
2014 – 2018

Gestão sustentável para a
conservação de espécies e habitats
ameaçados na ZPE das Berlengas

Fevereiro 2015

LIFE13 NAT/PT/000458



Relatório inicial LIFE Berlengas 2014 – 2018

Fevereiro 2015



O LIFE Berlengas é coordenado pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves e conta com a parceria do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, da Câmara Municipal de Peniche e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tendo ainda a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar do Instituto Politécnico de Leiria como observador externo. Este projeto, que teve início a 1 de junho de 2014, será implementado até 30 de setembro de 2018 e é cofinanciado pela Comissão Europeia ao abrigo do programa LIFE+.



LIFE Berlengas

Gestão sustentável para a conservação das Berlengas

O projeto LIFE Berlengas é um projeto com a duração de quatro anos e meio, que se desenrola na ZPE das Berlengas. As Berlengas são um Arquipélago. A ZPE inclui todas as ilhas e ilhéus do Arquipélago das Berlengas e uma grande área de mar em torno das mesmas. O Arquipélago das Berlengas é composto pela Ilha da Berlenga, e por dois grupos de Ilhéus, as Estelas e os Farilhões.

Na Ilha da Berlenga (ou Berlenga Grande) reconhecem-se duas áreas, a "Ilha Velha" e a "Berlenga". A maior parte das ações do LIFE estão focadas na ilha da Berlenga. A Reserva Natural das Berlengas (RNB) também inclui todas as ilhas e ilhéus do Arquipélago das Berlengas mas a área de mar é menor que a da ZPE. No âmbito da RNB apenas a Ilha da Berlenga está aberta à visita do público, sendo as restantes ilhas e ilhéus reserva integral e o seu acesso vedado. Na ilha da Berlenga os visitantes não podem circular livremente, estando a visita restrita aos locais indicados.

www.berlengas.eu

LIFE Berlengas | 2014 – 2018

Coordenação: Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

Parceiros: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Câmara Municipal de Peniche, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e, como observador externo, a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar do Instituto Politécnico de Leiria.

Cofinanciamento: Comissão Europeia ao abrigo do programa LIFE+

Relatório Inicial LIFE Berlengas 2014 – 2018

Coordenação do projeto: Joana Andrade

Equipa de projeto: Nuno Oliveira, Nuno Barros, Ana Meirinho, Vanda Domingos, Pedro Geraldés, João Guilherme, Miguel Lecoq, Joana Domingues, Susana Costa, Luís Costa (SPEA), Maria Jesus Fernandes, Lurdes Morais, Paulo Crisóstomo, Eduardo Mourato, Tiago Menino (ICNF), António José Correia, Rodolfo Veríssimo, Nuno Cativo, David Gonçalves (CMP), Carlos Pereira da Silva, Catarina Fonseca, Ricardo Mendes, Maria José Roxo, Rui Pedro Julião (FCSH), Sérgio Leandro e Teresa Mougá (ESTM)

Agradecimentos: Ana Carolina Barreiro, Ana Coelho, António Vulcano, Capitania do Porto de Peniche, Cláudia Pereira, Elisabete Silva, Emília Santos, Filipa Soares, Iván Gutiérrez, Joana Romero, João Pereira, Penélope Fialas, Rui Cabanita, Sara Riso, Sara Soares e Tânia Cale.

Citação: SPEA 2015. LIFE Berlengas - Gestão Sustentável para a Conservação das Espécies e Habitats Ameaçados na ZPE das Berlengas. Relatório Inicial. Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, Lisboa (relatório não publicado).



Projeto LIFE com o número
LIFE13_NAT_PT_000458_Berlengas

Relatório Inicial / *Inception Report*
com as atividades do projeto de 01-06-2014 a 13-02-2015

Data do Relatório

28-02-2015

PROJETO LIFE +

Berlengas

Dados do projeto

Localização do projeto	Reserva Natural das Berlebgas/ Sítio de Importância Comunitária do Arquipélago da Berlenga PTCON0006/ Zona de Protecção Especial das Ilhas Berlengas PTZPE0009/ Reserva Biogenética do Conselho da Europa/ Reserva da Biosfera da UNESCO
Data de início do projeto:	01-06-2014
Data de término do projeto:	30-09-2018
Orçamento total	€ 1.395.962
Contribuição da CE:	€ 697.982
(%) de custos elegíveis	50,00%

Dados do beneficiário

Nome do beneficiário	SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves
Contacto	Luís Costa
Morada	Avenida João Crisóstomo 18-4º Dto, 1000-179 Lisboa, Portugal
Telefone	+ 351.213220430
Fax:	+ 351.213220439
E-mail	luis.costa@spea.pt
Project Website	www.berlengas.eu

ÍNDICE

2. LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	06
3. RESUMO EXECUTIVO	07
3.1 Progresso dos trabalhos	
3.2 Avaliação da viabilidade dos objectivos do projeto e do plano de trabalho	
3.3 Problemas encontrados	
4. PARTE ADMINISTRATIVA	09
4.1 Gestão do projeto	
4.2 Organograma e estrutura de gestão	
4.3 Acordos e protocolos entre parceiros	
5. PARTE TÉCNICA	10
5.1 Ações do projeto	
5.2 Licenças e autorizações	
5.3 Progressos previstos até ao próximo relatório	
6. PARTE FINANCEIRA	23
6.1 Aplicação de sistema de contabilidade	
6.2 Disponibilidade de co-financiamento	
6.3 Custos durante o período de relatório	
7. ANEXOS	25
7.1 Protocolos de parceria	
7.2 Produtos	
7.3 Imprensa	

2. LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

São utilizadas no presente Relatório diversas abreviaturas e acrónimos, de projetos e entidades, as quais se encontram listadas de seguida:

AMN	Autoridade Marítima Nacional
AP	Áreas Protegidas
CE	Comissão Europeia
CMP	Câmara Municipal de Peniche
ESTM	Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar
FCSH	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
FCUL	Faculdade de Ciência da Universidade de Lisboa
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IMAR/UC	Instituto do Mar – Universidade de Coimbra
ISPA	Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida
RNB	Reserva Natural das Berlengas
SPEA	Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves
SPNM	Serviço do Parque Natural da Madeira
ZPE	Zona de Proteção Especial

3. RESUMO EXECUTIVO

3.1 Progresso dos trabalhos

O projeto LIFE+ teve início em junho de 2014 e desde então que se procurou ir ao encontro das primeiras exigências do projeto: definição dos processos administrativos e relação entre parceiros, aquisição de materiais informáticos e de campo, identificação e avaliação das condições das estações de apoio ao trabalho de campo, desenvolvimento de imagem e meios de comunicação do projeto, definição das áreas de intervenção, realização das primeiras reuniões da comissão executiva, contratação da equipa de trabalho de campo, contratação das equipas externas para apoio e segurança aos trabalhos verticais, produção do portal (*website*) e produção dos documentários. Os primeiros meses do projeto foram essenciais para um melhor conhecimento das áreas de intervenção, para o reconhecimento das colónias de nidificação de aves marinhas e para a divulgação do projeto na comunidade local. Todos os objetivos foram de uma forma geral atingidos/cumpridos, verificando-se a necessidade de fazer adaptações ao cronograma inicialmente proposto de algumas das ações.

Com a experiência dos primeiros 9 meses de projeto conclui-se que este é perfeitamente viável e exequível dentro dos prazos estabelecidos (ver 3.2) e do orçamento previsto, não se prevendo atrasos substanciais ou obstáculos imponderáveis em qualquer das ações previstas. Consideramos que a lista de ações, a manifesta maioria dos seus conteúdos, e o plano de trabalho são válidos, ainda que para tal sejam necessárias, pontualmente, algumas alterações.

O decorrer dos trabalhos referentes às várias ações do projeto conduziu à identificação de uma entidade relevante para o cumprimento de todos os objetivos e com interesse em participar no projeto, tendo-se procedido ao convite da mesma para participar como entidade observadora. Desta forma, o projeto conta com a participação da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar - ESTM (Instituto Politécnico de Leiria) a título de observador. A ESTM está presente nas reuniões da Comissão Executiva, é membro da Comissão Científica e colabora em todas as ações relevantes.

3.2 Avaliação da viabilidade dos objetivos do projeto e do plano de trabalho

O projeto tinha algumas incógnitas no seu início que poderiam ter influência na análise da sua viabilidade, sobretudo por três razões: (a) o orçamento proposto inicialmente, previa apenas as despesas de deslocação associadas às viagens entre Lisboa e Peniche das equipas de trabalho para a área de intervenção (combustível + portagens), (b) a equipa do projeto precisava de garantir o alojamento e armazenamento de material/equipamento na ilha da Berlenga e do Farilhão Grande e (c) o controlo de chorão em 100% da área na ilha da Berlenga, pedido pela Comissão durante o processo de avaliação da candidatura, era um objetivo ambicioso.

O primeiro problema resolveu-se com a escolha de duas opções alternativas dependendo do tamanho das equipas e disponibilidade dos serviços: o aluguer de uma viatura (implicando a alocação do tempo de um técnico para o transporte da viatura entre Lisboa - Peniche - Lisboa) ou a aquisição de um serviço de transporte personalizado. Estas duas opções mostraram-se válidas e funcionais. Quanto ao segundo problema, inicialmente a equipa do projeto contava com as instalações da Reserva Natural da Berlenga (gerida pelo ICNF) na ilha da Berlenga e com as instalações da Autoridade Marítima Nacional no Farilhão Grande. Apesar de algumas incertezas iniciais, o ICNF garantiu o alojamento das equipas de trabalho na ilha da Berlenga e do material de campo necessário às tarefas. No que diz respeito ao pequeno abrigo do Farilhão Grande, este encontra-se muito deteriorado, e a Câmara Municipal de Peniche (CMP) prestou-se a apoiar no processo de avaliação e orçamentação das obras de recuperação necessárias. É esperado que os trabalhos de recuperação

sejam efetuados durante o verão do corrente ano. Quanto ao controlo de chorão em toda a ilha da Berlenga, a maior dúvida prendia-se com o facto de uma grande mancha de chorão se localizar numa zona de muito má acessibilidade e instável. No entanto, após a avaliação da área, em conjunto com uma equipa perita em trabalhos verticais e segurança, concluiu-se que esta limitação será ultrapassada, implicando no entanto um esforço extra por parte da equipa do projeto.

Do referido acima, e também da experiência adquirida nos primeiros 9 meses de projeto, conclui-se portanto que o projeto é viável na sua totalidade e exequível praticamente dentro dos prazos estabelecidos. Verifica-se que é mais realista considerar algumas alterações ao calendário anteriormente estabelecido, tanto no sentido de atrasar o início de algumas ações como até de adiantar outras que se entendeu melhor antecipar para maior eficácia no cumprimento dos objetivos do projeto. As alterações propostas são indicadas e justificadas no ponto 5.1.

3.3 Problemas encontrados

De um modo geral a maioria das ações já iniciadas decorrem de forma aproximada ao planeado, não se tendo verificado surpresas em relação aos pressupostos do projeto. Existem no entanto alguns problemas encontrados ao longo dos primeiros meses sem que no entanto, nenhuma dessas situações identificadas até ao momento coloque em causa qualquer dos objetivos finais do projeto.

- A casa da RNB, localizada na ilha da Berlenga, encontra-se com alguns problemas de infiltrações, principalmente durante os dias chuvosos que se esperam ter maior impacto durante o inverno e a primavera. O ICNF (entidade responsável pela gestão da RNB) já tomou as devidas providências para ultrapassar este problema, e em princípio no verão os técnicos contarão com alojamento nas habitações da área do Farol, gerida pela AMN. Entretanto, a CMP disponibilizou instalações que possui na ilha da Berlenga para alojar os técnicos e equipas de voluntários que se desloquem àquela ilha para trabalhos específicos (ex.: ação de remoção de chorão com o Agrupamento de Escoteiros de Torres Vedras a realizar em março).
- A casa de apoio utilizada para alojar a equipa do projeto durante os trabalhos no Farilhão Grande encontra-se num estado avançado de degradação. Em novembro foi feita uma reunião com a Capitania do Porto de Peniche, representante da AMN e proprietária desta casa de apoio, para propor a realização de alguns trabalhos de manutenção de forma a alojar com segurança os técnicos do projeto. Entretanto, também a CMP disponibilizou a sua equipa de obras públicas para proceder à avaliação das obras de recuperação necessárias, incluindo a necessária orçamentação.
- O orçamento alocado ao serviço de assistência externa para a produção dos documentários previstos no projeto (ver 5.1.25) revelou-se insuficiente, tendo em conta os resultados e orçamentos propostos por todas as entidades que apresentaram as suas propostas após a abertura do concurso para contratação deste serviço. Em Comissão Executiva, os parceiros definiram duas estratégias para ultrapassar este problema, a primeira, que será a prioritária, encontrar financiamento externo para garantir a produção do 2º documentário (previsto para 2018), a 2ª será garantir a produção do documentário com os recursos disponíveis dentro da parceria.

4. PARTE ADMINISTRATIVA

4.1 Gestão do projeto

Logo após o arranque do projeto deu-se início à preparação dos procedimentos administrativos e logísticos necessários à implementação do projeto e envolvimento da parceria. Foram produzidos e discutidos com os parceiros os protocolos a estabelecer, foi agendada e realizada a 1ª reunião executiva com todos os seus membros no início de julho e que contou também com a presença da ESTM, entidade que mostrou interesse em acompanhar e colaborar em diversas ações, tendo para esse efeito sido estabelecido um protocolo como observador externo. Até à data do presente relatório foram realizadas a 2ª e 3ª reuniões executivas, que permitiram definir um calendário e plano de trabalhos, identificar as necessidades de alterações ao projeto, discutidos e implementados os procedimentos financeiros e administrativos associados ao projeto e Programa Life+, e a logística associada ao desenrolar das ações em curso. Foram promovidos contactos e reuniões com algumas entidades fundamentais à boa execução das ações, nomeadamente com a Capitania do Porto de Peniche, que colabora no transporte das equipas e materiais para a ilha da Berlenga e na cedência de instalações no Farilhão Grande.

Em fevereiro foi promovido o evento de lançamento do projeto, que decorreu em Peniche e contou com a participação de cerca de 60 pessoas e 3 meios de comunicação regionais.

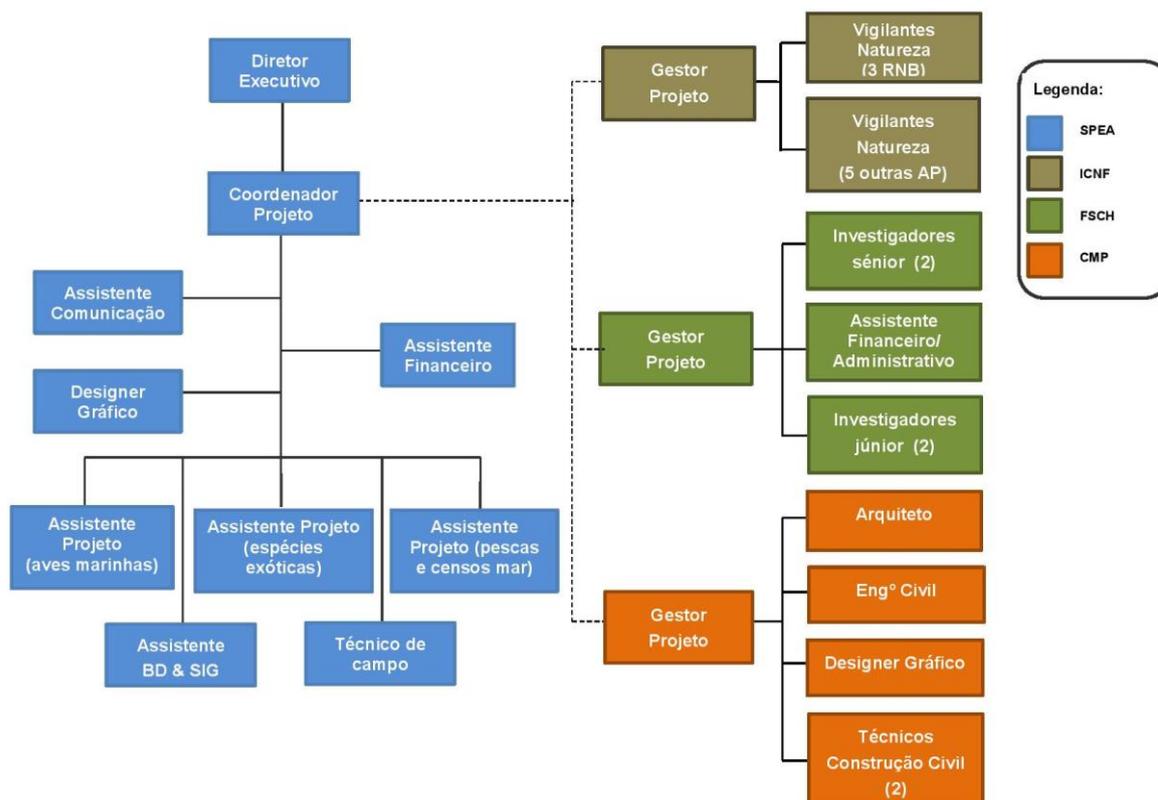
Foi também estabelecido contacto com a equipa externa de monitorização do Programa Life+ e definido com o Dr. João Salgado o calendário deste acompanhamento, estando a primeira visita ao projeto agendada para maio de 2015.

4.2 Organograma e estrutura de gestão

A estrutura de gestão do projeto e a equipa responsável pela sua implementação foi adaptada de forma a cumprir com todos os requisitos das ações do projeto, permitindo a sua execução na totalidade. Nos primeiros 5 meses do projeto, a gestão foi assegurada pelo Coordenador de Projeto do Departamento de Conservação Marinha da SPEA durante a ausência da Coordenadora do Departamento por motivo de licença de maternidade. A equipa teve de ser reforçada com a contratação de um colaborador externo, o qual foi substituído em outubro devido à sua indisponibilidade para continuar a integrar a equipa. Tornou-se necessário fazer uma adaptação da equipa da SPEA, dada a exigência e morosidade de algumas ações de campo e pela indisponibilidade dos elementos em integrar o projeto a tempo inteiro, como estava previsto na candidatura, devido a compromissos com outros projetos que entretanto se iniciaram. A equipa conta assim com tempo parcial de mais 2 elementos, tendo em conta que não se prevêem alterações no orçamento total desta rubrica. Também foi necessário integrar na equipa a responsável de comunicação da SPEA a tempo parcial, e por essa razão foi distribuído o tempo inicialmente previsto para a designer gráfica por estes 2 elementos, sem haver necessidade de alterar o orçamento atribuído.

Quanto à equipa da FCSH, devido a alterações nos vínculos com a instituição, o investigador sénior com contrato temporário não dedicado ao projeto foi substituído por um Investigador Sénior com contrato permanente. Apesar de o valor por dia deste elemento ser superior ao previsto na proposta, esta substituição não implica alterações no valor global dos custos diretos com pessoal, que será mantido através do equilíbrio com o número de pessoas-dia.

De um modo global a estrutura de gestão pode ser caracterizada pelo seguinte organograma:



4.3 Acordos e protocolos entre parceiros

Os acordos de colaboração entre parceiros foram celebrados entre julho de 2014 e fevereiro de 2015. Os respetivos Acordos encontram-se em anexo a este relatório (ver ANEXO 7.1) e seguem os requisitos indicados pela Comissão Europeia, fazendo referência direta às Disposições Comuns Life+ 2013 e ao projeto original tal como aprovado entre Comissão Europeia e o beneficiário.

5. PARTE TÉCNICA

5.1 Ações do projeto

5.1.1 AÇÃO A.1 – Caracterização das populações reprodutoras de aves marinhas, suas tendências e ameaças

Esta ação está a decorrer normalmente. Em junho de 2014 decorreu um censo parcial de cagarra apenas na ilha da Berlenga. Entre outubro e dezembro foram prospetados os ilhéus Farilhão do Nordeste e Farilhão da Cova para recensear a população reprodutora de roque-de-castro. No Farilhão Grande foram montadas redes de captura e montadas câmaras automáticas para aferir o tamanho da população e monitorizar a reprodução (ver ANEXO 7.2.1). Em janeiro de 2015 foi realizado um censo parcial de galheta na ilha da Berlenga e foram também montadas câmaras automáticas para acompanhar a sua reprodução.

Tal como previsto na proposta, o mapa com a localização das colónias estará brevemente disponível no portal do projeto.

A informação recolhida no decorrer da ação juntamente com a informação recolhida no âmbito de outros trabalhos irá permitir produzir os restantes produtos previstos: o relatório técnico com informação atualizada acerca das populações reprodutoras das 4 espécies nidificantes e o artigo científico com as tendências e estimativas populacionais.

Foi contratada uma equipa perita em trabalhos verticais para assegurar a segurança dos técnicos durante a prospeção dos Farilhões. Foram adquiridas 25 câmaras automáticas para monitorizar os vários estágios da reprodução das diferentes espécies. Foi também adquirido o material de captura e anilhagem de aves.

5.1.2 AÇÃO A.2 – Monitorização do sucesso reprodutor da gaivota-da-patas-amarelas e identificação de áreas de exclusão

Foi realizado o censo da população nidificante de gaivota na ilha da Berlenga em 2014, e será realizado o censo na Berlenga e nos Farilhões em maio de 2015, tal como previsto.

Foi feita uma visita técnica à ilha para determinação dos locais das áreas de exclusão de gaivotas e definição da metodologia de amostragem (ICNF/ESTM/SPEA). Em função dessa metodologia, a zona onde serão colocadas as estruturas de exclusão de gaivotas está identificada. Optou-se por não colocar redes como previsto no projeto, por estas dificultarem a monitorização da flora e eventualmente obstaculizarem as ações de controlo de ratos e coelhos. Prevemos colocar estruturas que simultaneamente permitem andar dentro das áreas e evitam o poiso de gaivotas.

Está a ser feita uma revisão bibliográfica sobre métodos de controlo de populações de aves como previsto no projeto e que contribuirá para o relatório a apresentar no fim de 2015.

Esta ação prevê a compra do barco semi-rígido cujo processo de aquisição está em curso no ICNF.

5.1.3 AÇÃO A.3 – Caracterização das populações de mamíferos introduzidos, incluindo a sua caracterização genética

Esta Ação foi iniciada em julho 2014 e está a desenrolar-se conforme o calendário previsto. Até fevereiro 2015 foram realizadas ou estão a decorrer as seguintes atividades (ver ANEXO7.2.2):

- Testes com blocos de cera com diferentes iscos, para determinar qual o tipo de isco que mais atrai o rato-preto e o coelho. Testaram-se iscos de manteiga de amendoim, sumo de maçã e puré de cenoura.
- Colocação de blocos de cera com isco de manteiga de amendoim no ilhéu dos Soldados, no ilhéu Maldito, no ilhote da Ponta e no ilhéu da Velha, para confirmar a ocorrência de rato-preto. Não foram encontrados quaisquer indícios de presença nestes ilhéus.
- Início dos trabalhos de caracterização da abundância de rato-preto na ilha da Berlenga, em julho de 2014. Foram estabelecidas 2 zonas de amostragem (ilha Velha e Farol) de rato-preto, de acordo com um esquema de captura-recaptura com recurso a armadilhas Sherman, que permite estimar o tamanho de populações. A metodologia sofreu alguns ajustes em janeiro de 2015.
- Início dos trabalhos de caracterização de abundância de coelho na ilha da Berlenga, em novembro de 2014. Usaram-se armadilhas para captura nos mesmos locais usados para o estudo de rato-preto. A falta de resultados que permitam estimar a densidade levou à adoção de uma metodologia alternativa. Em fevereiro de 2015 foi testada uma metodologia de contagem de indivíduos ao longo de transectos lineares, com metodologia *Distance Sampling*.
- Início de recolha de amostras de tecido de rato-preto e coelho para caracterização genética das populações. Até fevereiro de 2015 foram já recolhidas 31 amostras de rato-preto e uma de coelho. As amostras foram já enviadas para análise na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

5.1.4 AÇÃO A.4 – Caracterização da interação das aves marinhas com artes de pesca

Esta ação iniciou-se em julho de 2014, e está prevista a entrega do relatório final em Julho de 2016. Os trabalhos de compilação de informação referentes a esta ação já foram iniciados.

5.1.5 AÇÃO A.5 – Mapeamento e caracterização base das plantas exóticas invasoras, e preparação do plano de erradicação

Esta ação decorre como previsto. Foram adquiridos os ortofotomapas de todo o arquipélago das Berlengas, tendo sido identificadas as grandes manchas de chorão. Posteriormente foram confirmadas no terreno as grandes manchas e mapeadas as pequenas manchas (fotografadas e registada a geolocalização com um aparelho GPS) da ilha da Berlenga. O mapeamento dos ilhéus será elaborado no decorrer do corrente ano, permitindo assim cumprir o previsto na proposta inicial. Assim que o mapeamento tiver completo no terreno, será estimada a área de cobertura total do chorão no arquipélago.

O mapeamento das restantes espécies exóticas e espécies ameaçadas na ilha da Berlenga irá decorrer entre março e maio de 2015. O equipamento e material necessário à realização desta tarefa já foi adquirido (telescópio, tripé, máquinas fotográficas e material de marcação dos quadrados de amostragem). Toda a informação recolhida irá ser compilada no relatório previsto para o fim da ação e os mapas de distribuição das espécies exóticas e das ameaçadas estará disponível no portal do projeto.

5.1.6 AÇÃO A.6 – Caracterização base do fluxo de visitação da ZPE

Devido a questões administrativas o início desta ação, previsto para junho de 2014, só foi possível em julho de 2014. Este atraso de um mês reflete-se na data de conclusão da ação que, consequentemente, transitou de dezembro de 2014 para janeiro de 2015.

Durante esta ação, a equipa da FCSH procurou recolher informação sobre a visitação da área de estudo, de forma a caracterizar os atuais padrões e tendências e fornecer um quadro de referência para as ações de monitorização subsequentes (D.4). Constatou-se que a informação disponível para a escala em questão é bastante limitada, sobretudo ao nível de informação de base geográfica. Assim, conclui-se que a criação da base de dados geográfica prevista nesta não se justifica, propondo-se a sua substituição por uma base de dados que reúna a informação coligida e produzida durante o projeto. A principal informação recolhida resulta do inquérito piloto realizado em agosto de 2014 na ilha da Berlenga.

Os resultados exploratórios (assim como a restante informação coligida) podem ser consultados no relatório da ação em anexo (ver ANEXO 7.2.3). Considerando a atual globalização da informação através da internet, foi criada uma ficha para a recolha organizada de informação sobre as Berlengas disponível em páginas institucionais, de ONG, agências de viagens, operadores turísticos, *blogs* pessoais e outras páginas web. Foi também explorada uma ferramenta para catálogo de conteúdos na web. No âmbito desta ação foi submetida uma comunicação para o X Congresso da Geografia Portuguesa, a decorrer em setembro de 2015, e da qual resultará uma publicação científica. No âmbito desta ação revelou-se necessária a aquisição de um tablet para apoiar o trabalho de campo. Não se prevê alterações nos montantes previstos para a rubrica Equipamentos.

5.1.7 AÇÃO A.7 – Caracterização do impacto da predação de aves marinhas por gaivota-de-patas-amarelas

Entre julho e agosto de 2014 estiveram montadas 23 câmaras automáticas para monitorizar a possível predação de crias de cagarra por gaivotas-de-patas-amarelas (ver ANEXO 7.2.4). Também foram colocadas câmaras automáticas nas colónias de roque-de-castro e galheta. A outra técnica prevista na proposta inicial, para recolher informação de base acerca da predação de aves marinhas por gaivotas-de-patas-amarelas, era a análise de regurgitações de gaivota.

Na altura da elaboração da proposta inicial, a análise de regurgitações de gaivota parecia ser uma técnica com potencial para atingir o objetivo desta ação. No entanto, trabalhos recentes (Almeida 2013), sugerem que dado o grande número de gaivotas existentes no arquipélago e a sua elevada capacidade de mobilidade, seria necessário recolher e analisar um número muito elevado de regurgitações, para obter trabalhos mais recentes (Almeida 2013), sugerem que dado o grande número de gaivotas existentes no arquipélago e a sua elevada capacidade de mobilidade, seria necessário recolher e analisar um número muito elevado de regurgitações para obter indícios de predação de aves marinhas e desenvolver um índice de predação.

No decorrer da 1ª Reunião da Comissão Científica (ver 5.1.31), será pedido apoio aos intervenientes para ajudarem a delinear uma metodologia que permita comparar ou calibrar a informação obtida através da amostragem com as câmaras fotográficas. Apesar deste pequeno constrangimento, estamos cientes que não haverá qualquer atraso na ação e que os objetivos propostos serão atingidos dentro do prazo inicialmente estabelecido.

Referência: Almeida, A.P. 2013. *Dieta de adultos e crias de gaivota-de-patas-amarelas Larus michahellis na ilha da Berlenga: variações inter e intra-anuais*. Tese de mestrado do Mestrado em Biologia Marinha da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve.

5.1.8 AÇÃO A.8 – Elaboração do Plano de Gestão

Esta ação prevê que o ICNF tenha a proposta final do Plano de Gestão da ZPE Berlengas elaborada no primeiro semestre de 2015. No final de 2015, após auscultação pública, o Plano de Gestão da ZPE Berlengas será enviado à consideração da tutela para publicação, antes, portanto, do final do projeto.

5.1.9 AÇÃO C.1 – Utilização do mar pelas aves marinhas e sua sobreposição espaço-temporal com a pesca

Esta ação prevê o seu início em junho de 2015 mas propomos antecipá-la para março de 2015 de modo a iniciar a monitorização da distribuição da galheta no mar e a sua sobreposição com as pescas, aumentando assim o número de anos de amostragem, permitindo uma comparação inter-anual mais robusta e comparar a informação obtida para todas as espécies-alvo em iguais períodos de tempo. Esta antecipação permitirá ainda testar os aparelhos e a forma de os fixar às aves.

Propomos ainda a aquisição de um detetor de metais, não previsto inicialmente, de modo a facilitar a localização dos geolocators que serão colocados nos roques-de-castro, na eventualidade dos mesmos caírem da ave nas proximidades do ninho.

5.1.10 AÇÃO C.2 – Controlo da população de gaivotas-de-patas-amarelas e áreas de exclusão

O início desta ação deve ser antecipado de Junho para Maio 2015, de forma a abranger o início da época de reprodução da espécie.

5.1.11 AÇÕES C.3 – Remoção de mamíferos introduzidos

Esta ação está dependente da conclusão da ação A.3, e propomos antecipar as campanhas de distribuição de rodenticida para o outono/inverno de 2015/2016 permitindo aumentar o período de monitorização da eficiência da erradicação e aumentando a margem de resposta da equipa do projeto para uma eventual não remoção completa das populações de roedores e coelhos.

5.1.12 AÇÃO C.4 – Construção de ninhos artificiais para cagarra e roque-de-castro

Em setembro de 2014 uma equipa constituída por 1 técnico e 2 voluntários esteve no Farilhão Grande para construir 42 ninhos de roque-de-castro. Os ninhos foram agregados em 4 núcleos com um número variável entre 6 a 14 ninhos por núcleo. Em janeiro de 2015 foram construídos 34 ninhos artificiais para cagarra na ilha da Berlenga e recuperados 6 ninhos já existentes.

Apesar desta ação poder ser completada dentro do prazo delineado inicialmente, propomos aqui uma extensão de forma a coincidir com o período pós-remoção dos mamíferos introduzidos (dezembro de 2017). A explicação para esta extensão prende-se com o facto de após a remoção dos coelhos, inúmeras cavidades no solo ficarão livres para as cagarras fazerem o seu ninho. No entanto, estas cavidades são sensíveis à erosão, podendo facilmente ocorrer o abatimento da camada superficial. Adicionalmente existe uma forte probabilidade dos pequenos roques-de-castro alargarem a sua área de reprodução para a ilha da Berlenga assim que o rato-preto for removido. A equipa do projeto pretende assim aproveitar algumas das cavidades deixadas pelos coelhos para construir ninhos estáveis que possam ser usados pelas cagarras e por roques-de-castro por largos anos, sem qualquer perigo de destruição. Será ainda dada prioridade a uma zona de mais fácil acesso, que permita realizar futuras ações de sensibilização da população, incluindo cidadãos com mobilidade reduzida, levando-os a visitar esta área de nidificação. Esta extensão não irá imputar qualquer encargo financeiro ao projeto.

5.1.13 AÇÃO C.5 – Controlo e erradicação de plantas exóticas invasoras

Esta ação está a decorrer conforme previsto. Até fevereiro 2015 foram realizadas ou estão a decorrer as seguintes atividades:

- Todas as manchas pequenas de chorão identificadas e georreferenciadas no terreno (ação A.5) foram já arrancadas e deixadas a secar no terreno, entre os dias 23-30 julho 2014, totalizando uma área com cerca de 390 m². Todos estes locais vão ser visitados durante o segundo semestre de 2015 para avaliar a eficácia desta remoção. Foram removidas as pequenas manchas de chorão no ilhéu do Farilhão do Nordeste.

- O trabalho de remoção por faixas nas manchas grandes teve início em agosto 2014. O trabalho foi iniciado na zona da Flandres. Até fevereiro 2015 procedeu-se ao arranque de faixas de chorão em 18 dias, totalizando 346 horas / homem.

Foi contratada assistência técnica de trabalhos verticais à empresa Z-pro. Ao contrário do inicialmente previsto para esta ação (3 dias/ano), foi necessário contratar assistência por mais tempo, totalizando 17 dias.

Em termos de equipamentos, optou-se por adquirir uma máquina fotográfica super-zoom (Panasonic Lumix) e uma moto-roçadora (STHIL FS-130). Embora não estivesse previsto adquirir uma moto-roçadora, sem este equipamento a remoção de chorão apenas com recurso a remoção manual e enxadas torna-se muito moroso e extremamente pesado. Com a moto-roçadora faz-se um corte ao longo do topo da faixa a remover e procede-se ao arranque e enrolamento manual dos tapetes de chorão a partir desse corte. O uso da moto-roçadora tornou a remoção por faixas muito mais célere e eficaz, exponenciado a capacidade da equipa técnica para atingir o ambicioso objetivo de controlar 100% do chorão na ilha da Berlenga. Foi possível adquirir este equipamento com o valor inicialmente orçamentado para a compra da máquina fotográfica.

Prevê-se fazer o controlo por faixas em todas as manchas maiores de chorão até abril de 2015; entre maio e setembro os trabalhos de remoção serão suspensos devido ao elevado número de visitantes na ilha da Berlenga.

Em março de 2015 está previsto um campo de trabalho em parceria com os escuteiros para remoção de faixas de chorão na encosta acima do bairro dos pescadores. No segundo ano de remoção de chorão prevê-se também monitorizar todas as faixas onde o chorão foi já arrancado para avaliar a eficácia destas remoções. Durante 2015 prevê-se levar a cabo a recolha de amostras de solo para análises de pH e nutrientes.

5.1.14 AÇÃO C.6 – Avaliação do impacto das pescas sobre aves marinhas na ZPE

Esta ação ainda não teve início, que está previsto para junho de 2015.

5.1.15 AÇÃO C.7 – Medidas para mitigação da mortalidade de aves marinhas em artes de pesca

Está previsto iniciar esta ação em outubro de 2016.

5.1.16 AÇÃO C.8 – Implementação de medidas de bio-segurança

Esta ação está prevista iniciar em simultâneo com a C.3 e dado que propomos antecipar essa para o outono/inverno 2015/2016 (ponto 5.1.11), o mesmo se propõe para esta.

5.1.17 AÇÃO D.1 – Monitorização do sucesso reprodutor da cagarra, galheta, roque-de-castro e airo

Esta ação apenas terá início efetivo na época reprodutora de 2015, mas em 2014 foram já selecionados ninhos de roque-de-castro e de galheta para monitorização futura. Pretende-se desta forma garantir melhores resultados futuros durante as avaliações do sucesso reprodutor, assegurando que o trabalho é efetuado com ninhos acessíveis e casais conhecidos e possíveis de monitorizar durante toda a época reprodutora.

5.1.18 AÇÃO D.2 – Monitorização do sucesso das medidas de mitigação implementadas em artes de pesca

Esta ação irá iniciar em outubro de 2016, não se prevendo qualquer alteração ao seu calendário ou impedimento para atingir os objetivos propostos inicialmente.

5.1.19 AÇÃO D.3 – Monitorização da eficácia das medidas de controlo da população e das áreas de exclusão de gaivota-de-patas-amarelas

Esta ação deve ser antecipada de janeiro de 2016 para maio de 2015 de modo a avaliar a eficácia das medidas de controlo desde a sua implementação.

5.1.20 AÇÃO D.4 – Monitorização da visitação à ilha da Berlenga para instituir a capacidade de carga

O início da ação D.4 (previsto para janeiro de 2015) foi influenciado pela alteração da data de conclusão da ação A.6, tendo os trabalhos começado em fevereiro de 2015. Apesar disso, não se prevê qualquer alteração na data de conclusão da ação D.4.

Com base nos resultados do inquérito piloto realizado (ver ANEXO 7.2.2), a equipa encontra-se a elaborar a versão final do questionário que será administrado durante as campanhas de inquérito previstas nesta ação. A avaliação do inquérito piloto e a monitorização de agosto de 2014 permitiu ainda retificar a amostra a inquirir em 2015 e 2016, que será entre 350 e 450, considerados suficientes a nível de representatividade estatística. Para além disso, está em preparação o protocolo para instalação dos contadores e câmaras.

5.1.21 AÇÃO D.5 – Avaliação sócio-económica da ZPE

Apesar de o início formal da ação D.5 ser apenas em abril de 2015, a equipa encontra-se já nos preparativos preliminares para a realização do primeiro *workshop* com os agentes locais (*stakeholders*), previsto para maio de 2015. Existe uma discrepância entre a descrição desta ação e os indicadores de monitorização (e também na lista de marcos) no que diz respeito às datas dos *workshops* de 2016, 2017 e 2018. Propomos que se mantenham as datas da descrição, alterando assim as datas listadas nos marcos do projeto, nomeadamente do WS2 para setembro de 2016, do WS3 para setembro de 2017 e do WS4 para março de 2018.

5.1.22 AÇÃO D.6 – Monitorização do sucesso da erradicação de mamíferos introduzidos

Ação a iniciar no final de 2015 tal como previsto.

5.1.23 AÇÃO E.1 – Página internet do projeto

Esta ação atrasou o seu início devido à adaptação da equipa da SPEA pelos motivos referidos no ponto 4.2. Foi lançado o concurso para seleção e contratação da empresa responsável pela construção do portal das Berlengas, uma página que pretende ser, não apenas um veículo de informação do projeto, mas uma porta de entrada virtual para as Berlengas. Ao mesmo tempo foi sendo definida a estrutura e o tipo de conteúdos a integrar o portal. Em fevereiro ficou concluído o design da página de internet e o seu modo de funcionamento, tendo sido registado o domínio www.berlengas.eu para alojar a página. A página foi já lançada com as funcionalidades básicas e primeiros conteúdos de informação do projeto. Prevê-se que até maio de 2015 o sistema de *backoffice* esteja implementado e funcional de modo a permitir à equipa do projeto a gestão dos conteúdos, assim como todas as funcionalidades previstas. Prevê-se ainda a transmissão ao vivo de um ninho de cagarra em meados de junho de 2015.

5.1.24 AÇÃO E.2 – Plano de sensibilização e disseminação para os agentes locais

Esta ação ainda não foi iniciada e será implementada a partir de abril de 2015 tal como previsto. Propomos que a meta inicialmente prevista para a realização do 1º *workshop* escolar (junho de 2015) seja adiada para o início do ano letivo seguinte, a ter lugar durante o 1º período, até dezembro de 2015. Propomos também que o 1º dia aberto na Berlenga, previsto para julho, seja adiado para setembro, de modo a coincidir com o aniversário da RNB.

5.1.25 AÇÃO E.3 – Definição de um plano de comunicação para promoção dos valores naturais das Berlengas

Esta ação foi iniciada em julho 2014 e tem vindo a ser desenvolvida até à data, já com alguns resultados:

- Elaboração de plano de comunicação com um especial enfoque nas ações para 2015. Foram tidos em consideração os públicos-alvo e objetivos do projeto. Este plano poderá sofrer atualizações quando se achar relevante;
- O evento de lançamento do projeto em Peniche, no dia 7 de fevereiro, contou com a presença de cerca de 60 pessoas e três jornalistas locais/regionais. Para este evento aberto ao público foram convidados os grupos de interesse (*stakeholders*) locais. Os participantes mostraram-se interessados e quando o debate foi aberto a todos, expressaram as suas dúvidas e preocupações. Este evento foi o momento de explicar as ações do projeto e tirar dúvidas acerca do que se estava a fazer;
- Escolha do logótipo do projeto, com apresentação oficial no evento de lançamento do projeto;
- Foi feita uma parceria com o jornal local Voz do Mar, que assegura a publicação de um artigo sobre o projeto a cada duas edições. Esta publicação é lida a nível local e por emigrantes da cidade;
- Foi feita também uma parceria com a rádio regional 102 FM (com emissão em Peniche, Caldas da Rainha, Lourinhã e Óbidos) que irá assegurar algum destaque regular ao projeto;
- Foram enviados 4 comunicados de imprensa, que resultaram em 34 notícias relativas ao projeto (ver ANEXO 7.3.1), incluindo 4 entrevistas em rádios nacionais;
- Nos meios da SPEA, o projeto foi alvo de 5 notícias na nossa página de internet, 10 notícias na *newsletter* (ver ANEXO 7.3.2), 9 *posts* no Facebook e 8 no Twitter;
- Foi lançado o concurso para a produção dos 2 documentários, mas tendo em conta o valor orçamentado no projeto e as propostas apresentadas, nesta fase apenas é possível avançar com a produção do 1º documentário. Já foi escolhida a empresa que irá fazer o documentário e brevemente será definido um guião e será dado início às filmagens. De modo a permitir a captação de imagens no decorrer das ações do projeto, será necessário adquirir de uma câmara de vídeo Go Pro, equipamento que não estava previsto inicialmente. Esta aquisição não implica alteração no montante global previsto para esta rubrica.

- Atualmente está a ser criada a mascote.

Em breve serão instalados e testados os equipamentos para transmitir imagens de um ninho de cagarra a partir de junho. Na proposta do projeto não foi incluída a aquisição de uma câmara, estando prevista a utilização do equipamento usado no Life Ilhas Santuário para as Aves Marinhas, na ilha do Corvo. No entanto esse equipamento continua a ser utilizado no Corvo, sendo fundamental adquirir uma nova câmara para este projeto. Esta aquisição não implica alteração no montante global previsto para esta rubrica.

O primeiro evento anual deverá decorrer em novembro de 2015 sobre o tema dos trabalhos e projetos que têm vindo a ser desenvolvidos nas Berlengas.

Esta ação prevê a realização de 2 *press trips* às Berlengas para os órgãos de comunicação social, a ter lugar no 2º e 4º ano do projeto, mas após os primeiros contactos com alguns desses órgãos consideramos mais oportuno que estas viagens decorram separadamente com os vários jornalistas. Esta alteração deve-se ao facto de eles terem demonstrado que preferem ter notícias exclusivas a serem publicadas em alturas diferentes, o que se torna vantajoso para o projeto dada a possibilidade de ter uma maior e mais diversificada cobertura jornalística. Mantém-se no entanto a previsão de realizar a primeira visita/reportagem na ilha até agosto de 2015.

5.1.26 AÇÃO E.4 – Criação de um novo centro de visitantes na ilha da Berlenga

A ação E.4 consiste na adaptação de dois abrigos existentes (abrigos 15 e 16) num centro de receção aos visitantes na ilha da Berlenga, que possibilite divulgar melhor os valores naturais, históricos e culturais existentes no arquipélago. Esta ação prevê a recuperação e beneficiação de dois pequenos imóveis, antigos abrigos de pescadores, com a alteração de uso habitacional para equipamento de utilização pública. Os trabalhos incluem a elaboração de projeto de arquitetura e espacialidades (já concluídos), demolições, transporte e deposição de resíduos de construção e demolição, transporte de materiais de construção, trabalhos de construção civil, trabalhos de carpintaria, instalação elétrica, pintura, colocação de nova caixilharia de alumínio, aquisição de mobiliário e equipamento audiovisual e de conteúdos expositivos.

Já foi solicitada a emissão de parecer/autorização, por parte do ICNF para a realização desta intervenção. Com a conclusão do projeto de arquitetura (ver ANEXO 7.2.5) está a ser elaborado um mapa de quantidades que permita adquirir e aprovisionar os materiais de construção necessários para que as obras se iniciem em abril próximo, prevendo-se que se prolonguem, de forma contínua, até finais de junho, ou inícios de julho, em função do estado do mar. A ação está a correr conforme previsto e a ser desenvolvida dentro dos prazos estabelecidos.

5.1.27 AÇÃO E.5 – Recuperação dos trilhos da ilha da Berlenga

Em 2014 foi feita uma pequena melhoria na delimitação dos trilhos. Em fevereiro de 2015 foi realizada uma visita à ilha da Berlenga para avaliação do estado dos trilhos, identificação de necessidade de obras de consolidação e delimitação mais consistente. Também foi feito o primeiro levantamento de locais para colocação da sinalização e painéis informativos.

Prevê-se durante 2015 consolidar e delimitar os trilhos e produzir os painéis informativos por forma a estarem concluídos e colocados no terreno até junho 2016.

5.1.28 AÇÃO E.6 – Relatório não-técnico

Ação a iniciar apenas em 2018 tal como previsto.

5.1.29 AÇÃO E.7 – Painéis informativos

Esta ação está a desenrolar-se de acordo com a calendarização prevista. Os conteúdos para os painéis informativos estão prontos. A fase de conceção e desenho gráfico sofreu um pequeno atraso devido à demora na definição do logótipo do projeto entre os parceiros, encontrando-se em fase de conclusão. As estruturas para colocação dos painéis já foram escolhidas, e seguirão o modelo utilizado pelo ICNF dentro de áreas protegidas. Estão também identificados os locais para a colocação dos painéis informativos: dois em Peniche (cais de embarque e centro da cidade), dois na ilha da Berlenga - um no cais do bairro dos Pescadores e um no cais da fortaleza-, e um que será instalado no barco Cabo Avelar Pessoa. Estão em curso os contactos com a Viamar, empresa proprietária do barco Cabo Avelar Pessoa, e com a Doca Pesca de Peniche, responsável pela gestão do porto de Peniche onde se localiza o cais de embarque.

Prevê-se a colocação dos painéis informativos nos locais indicados em meados do mês de abril. Embora esta seja uma data posterior à inicialmente prevista, foi acordado entre os parceiros do projeto que esta seria a melhor altura para a sua colocação. As condições climatéricas adversas, com elevados ventos e salsugem, e a sujidade proveniente dos dejetos de gaivota, contribuem para o desgaste acelerado dos painéis informativos. Tendo em conta que o objetivo destes painéis é informar os visitantes da ilha sobre o projeto, a colocação dos painéis próximo do início da época alta de visitação (época balnear que começa em maio), permitirá uma maior manutenção destes materiais e uma maior promoção dos valores naturais das Berlengas e do programa LIFE. Neste sentido, foi também decidido entre os parceiros do projeto que os painéis informativos instalados na ilha da Berlenga serão desmontados no final da época balnear (setembro).

5.1.30 AÇÃO F.1 – Nomeação de uma Comissão Executiva

A primeira reunião da comissão executiva do projeto realizou-se a 9 de julho de 2014, contando com a presença de todos os membros nomeados pelos parceiros para integrar esta comissão. As reuniões seguintes realizaram-se trimestralmente, tal como previsto, em novembro e fevereiro. As atas das duas primeiras reuniões podem ser consultadas na seção de Anexos, já que a ata da reunião de fevereiro ainda se encontra em preparação (ver ANEXO 7.2.6).

5.1.31 AÇÃO F.2 – Comissão Científica

Os elementos a convidar para a Comissão científica foram acordados após consulta e acordo de todos os parceiros. Os convites para participação nesta comissão foram realizados em 2014 e a Comissão Científica está já constituída pelos seguintes elementos: Paulo Oliveira (SPNM) – Erradicação de espécies invasoras e ecologia insular; Paulo Catry (ISPA) – Ornitologia e Ecologia de aves marinhas; José Pedro Granadeiro (FCUL) – Ornitologia e Ecologia de aves marinhas; Vitor Paiva (IMAR/UC) - Ornitologia e Ecologia de aves marinhas; Carlos Silva – Erradicação de flora invasora e recuperação de flora nativa; Teresa Mougá – Flora das Berlengas e recuperação de flora nativa; Cristina Gomes – Flora das Berlengas e recuperação de flora nativa; Kim Detloff – (aguarda confirmação de disponibilidade) – Gestão de áreas marinhas protegidas; Humberto Jorge - (aguarda confirmação de disponibilidade) – Pesca artesanal.

Os vários elementos foram consultados para definição das metodologias a estabelecer para as ações em curso, tendo sido dispensada a reunião de todos os elementos em 2014. Está agendada a primeira reunião conjunta da Comissão Científica para maio de 2015. A verba prevista nesta ação para pagamentos de honorários aos consultores será usada para as viagens dos mesmos para participação na reunião científica anual.

5.1.32 AÇÃO F.3 – Implementação e gestão do projeto pela SPEA

A implementação do projeto teve início ainda antes de junho dada a necessidade de arrancar com o trabalho de campo logo neste mês. Foram feitas as necessárias adaptações à constituição da equipa da parte da SPEA, tal como referido no ponto 4.2. Devido a esta reorganização, foi necessário adquirir mais um computador, não implicando esta ação nenhuma alteração no montante global previsto para esta rubrica. Os procedimentos administrativos e financeiros começaram desde cedo a ser preparados, nomeadamente a definição dos protocolos de parceria logo em julho, lançamento de concursos para contratação de pessoal e de aquisição de serviços, procedimentos administrativos e financeiros explicados aos parceiros, preparação e logística das ações de campo e das condições das estações de campo. No que diz respeito às estações de campo, estão em curso as diligências para as adaptar e equipar, de modo a dotá-las de condições de acolhimento às equipas de campo (ver ponto 3.3). Não se prevê nesta fase outras alterações significativas à implementação e gestão do projeto.

5.1.33 AÇÃO F.4 – Troca de conhecimentos com outros projetos de restauro de ecossistemas insulares

Até à data, apenas a registar a presença de um técnico do projeto na Marine Task Force (MTF) da BirdLife International (01 e 02 de Dezembro de 2014) em Bruxelas. Estas reuniões de trabalho têm como intuito a partilha de resultados e experiências de projetos em curso pelos parceiros da BirdLife International, no que diz respeito a conservação marinha. Nesta sessão foi apresentado o projeto LIFE+ Berlengas, com particular ênfase nos objetivos gerais e resultados esperados. Prevê-se para 2015 a participação em nova MTF para partilha de resultados existentes até então, e comunicação do andamento dos trabalhos do projeto. Terá também início a compilação de informação para criação de bases de dados de projetos que abordam as temáticas de recuperação de ecossistemas insulares e interação entre aves marinhas e artes de pesca.

5.1.34 AÇÃO F.5 – Auditoria ao projeto

Ação a iniciar apenas em 2018 tal como previsto.

5.1.35 AÇÃO F.6 – Plano de conservação pós-projeto LIFE

Ação a iniciar apenas em 2016 tal como previsto.

5.2 Licenças e autorizações

As ações de recolha de sementes e remoção de plantas exóticas, bem como o acesso a zonas restritas da RNB dependem legalmente de licenças atribuídas pelo ICNF. No caso das ações do projeto, as autorizações e licenças são atribuídas pelos serviços da RNB, uma vez que todas as ações decorrem dentro da área da reserva e foram já atribuídas para todas as ações até final do projeto.

As ações de captura e marcação de aves apenas podem ser realizadas por profissionais credenciados, sendo as credenciais atribuídas pelo ICNF e renovadas anualmente. Todos os elementos da equipa envolvidos neste trabalho estão devidamente credenciados para o efeito.

5.3 Progressos previstos até ao próximo relatório

O próximo relatório será o 1º Relatório de Progresso, a entregar até abril de 2016. Os marcos do projeto previstos para este período devem ser cumpridos como se indica na tabela abaixo e com as adaptações propostas.

Marco	Ação	Data prevista
1ª reunião da Comissão Científica	F.2	Maio 2015
Mascote criada	E.3	Maio 2015
Placas informativas colocadas	E.7	Abril 2015
Finalização de questionários e metodologia dos contadores	D.4	Abril 2015
1º Workshop – Identificação de stakeholders	D.5	Maio 2015
1ª transmissão do ninho ao vivo na web	E.3	Junho 2015
Primeiros loggers colocados	C.1	Junho 2015
Inauguração do Centro de Visitantes	E.4	Julho 2015
Conclusão dos ninhos artificiais de roque-de-castro no Farilhão	C.4	Agosto 2015
1º press trip	E.3	Agosto 2015
1º dia aberto na Berlenga	E.2	Setembro 2015
Contratação de 2 colaboradores em regime parcial	C.6	Setembro 2015
Exposição itinerante exibida	E.3	Novembro 2015
Mapas SIG online	C.5	Novembro 2015
Consulta pública do Plano de Gestão da ZPE	A.8	Novembro 2015
Resultados dos questionários e contadores da 1ª época	D.4	Novembro 2015
Proposta final do Plano de Gestão enviada à tutela	A.8	Dezembro 2015
Áreas de exclusão para Gaivota-de-patas-amarelas instaladas	C.2	Março 2016
1º <i>workshop</i> escolar	E.2	Dezembro 2015

De acordo com o referido nos capítulos 3 e 5 deste relatório propomos alterações no calendário, prevendo-se o ajustamento (atraso e adiantamentos de algumas ações) como apresentado no seguinte diagrama:

Ações		2014			2015				2016				2017				2018		
		II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III
Cronograma	Inicial																		
	Alterado	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
A.1	Inicial																		
	Alterado	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X								
A.2	Inicial																		
	Alterado	X	X	X	X	X	X	X											
A.3	Inicial																		
	Alterado	X	X	X	X	X	X	X	X	X									
A.4	Inicial																		
	Alterado	X	X	X	X	X	X	X	X	X									

Ações		2014			2015				2016				2017				2018		
		II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III
Cronograma	Inicial																		
	Alterado	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
A.5	Inicial																		
	Alterado	x	x	x	x	x	x	x	x	x									
A.6	Inicial																		
	Alterado		x	x	x														
A.7	Inicial																		
	Alterado	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x							
A.8	Inicial																		
	Alterado		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
C.1	Inicial																		
	Alterado				x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x				
C.2	Inicial																		
	Alterado					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
C.3	Inicial																		
	Alterado							x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
C.4	Inicial																		
	Alterado		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x				
C.5	Inicial																		
	Alterado		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
C.6	Inicial																		
	Alterado					x	x	x	x	x	x	x	x						
C.7	Inicial																		
	Alterado											x	x	x	x	x	x	x	x
C.8	Inicial																		
	Alterado							x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
D.1	Inicial																		
	Alterado					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
D.2	Inicial																		
	Alterado											x	x	x	x	x	x	x	x
D.3	Inicial																		
	Alterado					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
D.4	Inicial																		
	Alterado					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
D.5	Inicial																		
	Alterado					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
D.6	Inicial																		
	Alterado							x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
E.1	Inicial																		
	Alterado	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
E.2	Inicial																		
	Alterado					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
E.3	Inicial																		
	Alterado		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
E.4	Inicial																		
	Alterado	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Ações		2014			2015				2016				2017				2018		
		II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III
Cronograma	Inicial																		
	Alterado	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
E.5	Inicial																		
	Alterado	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
E.6	Inicial																		
	Alterado																	x	x
E.7	Inicial																		
	Alterado	x	x	x	x	x													
F.1	Inicial																		
	Alterado	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
F.2	Inicial																		
	Alterado			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
F.3	Inicial																		
	Alterado	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
F.4	Inicial																		
	Alterado			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
F.5	Inicial																		
	Alterado																	x	x
F.6	Inicial																		
	Alterado											x	x	x	x	x	x	x	x

6. PARTE FINANCEIRA

6.1 Aplicação de sistema de contabilidade

Tal como referido em 4.1 foram realizadas diversas reuniões de trabalho entre parceiros para assegurar eficácia nos processos administrativos. Cada parceiro tem a responsabilidade de assegurar a correcta classificação e cópia dos documentos contabilísticos comprovativos das despesas efetuadas e respectiva inserção no formulário financeiro exigido pela CE. Todas as contas estão classificadas e actualizadas até 31 de dezembro e constam das tabelas apresentadas abaixo (ver 6.3 Custos).

O beneficiário conta com uma controladora financeira e uma contabilista dedicadas à aplicação do sistema de contabilidade. As contas do beneficiário e do projeto estão sujeitas a verificação pelo Conselho Fiscal da SPEA, conforme consta dos seus Estatutos, e às auditorias anuais que são sempre solicitadas para submissão do Relatório Anual em Assembleia Geral.

6.2 Disponibilidade de co-financiamento

O co-financiamento tem sido assegurado quer por fundos próprios do beneficiário quer pelas contribuições dos parceiros definidas nos Acordos de Parceria. O parceiro ICNF abdicou da sua parte de co-financiamento que será retida pelo beneficiário para uso exclusivo nas ações do projeto. O próximo período do projeto não apresenta igualmente quaisquer problemas de co-financiamento segundo as projecções de tesouraria calculadas pelo beneficiário.

6.3 Custos durante o período indicado

Na tabela seguinte são apresentadas as despesas totais do projeto durante o período compreendido entre 1 de junho e 31 de dezembro de 2014 segundo as respetivas rubricas:

Rubrica	Custos totais em €	Custos desde o início até 31.12.2014 em €	% dos custos totais
1. Pessoal	805.116,00 €	77.956,24 €	9,68%
2. Viagens	158.795,00 €	4.548,39 €	2,86%
3. Assistência externa	149.400,00 €	2.164,80 €	1,45%
4. Bens duradouros			
Infra-estruturas			
Equipamento	69.100,00 €	7.829,57 €	11,33%
Protótipo			
5. Aquisição de terrenos			
6. Consumíveis	105.230,00 €	13.826,71 €	13,14%
7. Outros custos	2.760,00 €	31,83 €	1,15%
8. Despesas gerais	90.328,00 €	7.445,03 €	8,24%
TOTAL	1.380.729,00 €	113.802,57 €	8,24%

A execução financeira do projeto encontra-se ainda relativamente baixa se tivermos em conta que estão cumpridos cerca 8,3% do orçamento do projeto, no entanto encontram-se dentro dos valores esperados dado que as ações mais dispendiosas do projeto serão realizadas no próximo período de relatório, nomeadamente a aquisição de uma embarcação como referido no ponto 5.1.2.

Para efeitos de pagamento da próxima tranche da Comissão Europeia, estima-se que o patamar de 30% das despesas totais do projeto seja atingido em meados de 2016, pelo que se prevê que se poderá fazer o pedido de pagamento juntamente com o próximo relatório previsto, em abril de 2016.

Em relação aos gastos efetuados para cada uma das ações durante o período do relatório, comparando com o Formulário B da proposta aprovada pela CE, foram registados os que se apresentam na tabela seguinte:

Ação	Custos previstos	Custos atuais	Disponível	Custo final previsto
Ação A.1 " Informação base aves marinhas"	21.685,00 €	11.133,47 €	10.551,53 €	21.685,00 €
Ação A.2 " Monitorização gaivotas"	49.548,00 €	2.778,40 €	46.769,60 €	49.548,00 €
Ação A.3 " Mamíferos introduzidos"	32.978,00 €	14.183,41 €	18.794,59 €	32.978,00 €
Ação A.4 " Captura accidental"	5.135,00 €	3.600,74 €	1.534,26 €	5.135,00 €
Ação A.5 " Mapeamento plantas exóticas"	13.075,00 €	6.511,94 €	6.563,06 €	13.075,00 €
Ação A.6 " Visitação ZPE"	16.288,00 €	13.970,44 €	2.317,56 €	16.288,00 €
Ação A.7 "Predação por gaivotas"	14.272,00 €	4.800,99 €	9.471,01 €	14.272,00 €
Ação A.8 " Plano de gestão"	6.334,00 €	406,02 €	5.927,98 €	6.334,00 €
Ação C.1 " Distribuição de aves e pescas"	139.186,00 €	0,00 €	139.186,00 €	139.186,00 €
Ação C.2 "Controlo de gaivotas"	90.414,00 €	0,00 €	90.414,00 €	90.414,00 €
Ação C.3 "Remoção de mamíferos"	61.624,00 €	0,00 €	61.624,00 €	61.624,00 €
Ação C.4 "Ninhos artificiais"	26.657,00 €	3.710,28 €	22.946,72 €	26.657,00 €
Ação C.5 "Erradicação de plantas exóticas"	106.791,00 €	11.952,39 €	94.838,61 €	106.791,00 €
Ação C.6 " Impacto da pesca na ZPE"	57.294,00 €	0,00 €	57.294,00 €	57.294,00 €
Ação C.7 "Mitigação mortalidade de aves"	57.309,00 €	0,00 €	57.309,00 €	57.309,00 €
Ação C.8 "Bio-segurança"	16.509,00 €	0,00 €	16.509,00 €	16.509,00 €
Ação D.1 " Sucesso reprodutor de aves"	33.734,00 €	0,00 €	33.734,00 €	33.734,00 €
Ação D.2 " Eficácia medidas de mitigação"	10.230,00 €	0,00 €	10.230,00 €	10.230,00 €
Ação D.3 "Eficácia controlo de gaivotas"	18.924,00 €	0,00 €	18.924,00 €	18.924,00 €
Ação D.4 "monitorização de visitas"	54.197,00 €	0,00 €	54.197,00 €	54.197,00 €
Ação D.5 "Avaliação sócio-económica ZPE"	52.504,00 €	0,00 €	52.504,00 €	52.504,00 €
Ação D.6 "Monitorização erradicações"	7.827,00 €	0,00 €	7.827,00 €	7.827,00 €
Ação E.1 "Página Internet"	15.165,00 €	414,22 €	14.750,78 €	15.165,00 €
Ação E.2 " Plano de sensibilização local"	38.055,00 €	0,00 €	38.055,00 €	38.055,00 €
Ação E.3 " Plano de comunicação"	76.571,00 €	4.716,84 €	71.854,16 €	76.571,00 €
Ação E.4 " Centro de visitantes"	80.360,00 €	2.373,33 €	77.986,67 €	80.360,00 €
Ação E.5 "Recuperação de trilhos"	18.206,00 €	1.359,70 €	16.846,30 €	18.206,00 €
Ação E.6 " Relatório não técnico "	16.747,00 €	0,00 €	16.747,00 €	16.747,00 €
Ação E.7 " Painéis informativos"	6.290,00 €	0,00 €	6.290,00 €	6.290,00 €
Ação F.1 "Comissão Executiva"	15.173,00 €	3.683,34 €	11.489,67 €	15.173,00 €
Ação F.2 " Comissão Científica"	16.553,00 €	1.985,57 €	14.567,43 €	16.553,00 €
Ação F.3 "Gestão pela SPEA"	76.614,00 €	18.226,27 €	58.387,74 €	76.614,00 €
Ação F.4 " Intercâmbios com outros projetos"	33.152,00 €	550,20 €	32.601,80 €	33.152,00 €
Ação F.5 " Auditoria"	5.000,00 €	0,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €
Ação F.6 " Plano pós LIFE"	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	1.290.401,00 €	106.357,54 €	1.184.043,46 €	1.290.401,00 €

Não é possível prever, à data deste relatório, alterações substanciais no orçamento previsto.

7.1 – PROTOCOLOS DE PARCERIA

7.1.1 – Protocolo FCSH

7.1.2 – Protocolo ICNF

7.1.3 – Protocolo CMP

7.1.4 – Protocolo ESTM

7.2 – PRODUTOS

7.2.1 – Relatório Técnico da ação A.1 - Caracterização das populações reprodutoras de aves marinhas, suas tendências e ameaças

7.2.2 – Relatório Técnico da ação A.3 - Caracterização das populações de mamíferos introduzidos, incluindo a sua caracterização genética

7.2.3 – Relatório Técnico da ação A.6 - Caracterização base do fluxo de visitação da ZPE

7.2.4 – Relatório Técnico da ação A.7 - Caracterização do impacto da predação de aves marinhas por gaivota-de-patas-amarelas

7.2.5 – Projeto do Centro Interpretativo da Ilha da Berlenga (Ação E.4)

7.2.6 – Atas das reuniões da Comissão Executiva (Ação F.1)

7.3 – IMPRENSA

7.3.1 – Notícias LIFE Berlengas – imprensa nacional e local (ação E.3)

7.3.2 – Notícias LIFE Berlengas – SPEA ONLINE (ação E.3)